



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/05/2013

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2 - 3
2.2. CORREGEDOR.....	4 - 5
2.3. DESEMBARGADORES.....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7 - 8
3.2. CONVÊNIOS.....	9
3.3. DESEMBARGADORES.....	10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	11 - 13
4.2. DECISÕES.....	14 - 15
4.3. JUÍZES.....	16
4.4. PRESIDÊNCIA.....	17
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	18
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DECISÕES.....	19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CASO DÉCIO SÁ.....	20
7.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	21
7.3. ORÇAMENTO.....	22 - 25
7.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	26
7.5. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	27
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	28 - 29
8.2. CASO DÉCIO SÁ.....	30 - 31
8.3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	32 - 33
8.4. COMARCAS.....	34
8.5. DECISÕES.....	35
8.6. DESEMBARGADORES.....	36 - 37
8.7. EXECUÇÕES PENAIS.....	38
8.8. JUÍZES.....	39 - 40
8.9. PUBLICIDADE LEGAL.....	41 - 43

 **CONCILIAÇÃO**

Conciliação do TJMA recebe postos da Cemar e Oi

Serão instalados nesta sexta-feira (10), às 9 horas, postos da Cemar e Oi, no Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), localizado da Rua do Egito. No local, os consumidores poderão resolver questões judiciais ou não com as empresas.

O atendimento será feito nos moldes do sistema "expressinho". O cidadão se dirige à sala específica, registra

reclamação diante do preposto das empresas e, juntos, tentam buscar acordo, tanto pré-processual (sem ação judicial) quanto processual (comação judicial em trâmite).

Os acordos são homologados por juiz e têm força de sentença. Se as partes não chegarem a um entendimento, a demanda é registrada, sendo feito, em seguida, o agendamento de sessão de conciliação em 20 dias.

Mais de 14 mil processos serão eliminados pelo TJ

PÁGINA 3

Mais de 14.000 processos serão eliminados pelo TJMA

Cerca de 14 mil processos serão descartados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) nas próximas semanas. São milhares de papéis acumulados no acervo de agravos de instrumento do Judiciário nos últimos 40 anos, e passíveis de eliminação. O material será enviado para reciclagem e reaproveitamento por meio de parceria firmada com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA).

O trabalho é feito em consonância com o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Judiciário (Proname/CNJ), e prevê a eliminação dos autos datados de 1970 até os dias atuais de agravos de instrumentos - recursos formados, em sua quase totalidade, por cópias de processos. Só farão parte do material descartável os agravos com decisão final e sem possibilidade de outro recurso.

A eliminação dos processos será feita por meio de publicação de edital, que dará prazo de 30 dias para que os interessados reclamem os autos. Para requerer a guarda dos processos, as partes devem se dirigir à Diretoria Judiciária do TJMA e preencher formulário. O processo autorizado será liberado pelo arquivo. Findo esse prazo, as partes perdem esse direito.

Segundo o presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental e chefe da Divisão de Controle do Acervo, Christofferson Melo, o aumento da quantidade de agravos de instrumento supera a média geral da demanda do TJMA. "Enquanto a

busca pela prestação jurisdicional na Justiça de 2º Grau cresce à razão de 20% ao ano, somente os agravos de instrumento tiveram crescimento de 660% a partir de 2006", compara.

Do total de processos no acervo, 86% foram protocolados na última década, com tendência natural a crescimento. "Isso gera sobrecarga sobre os sistemas de arquivo, já que temos outras tipologias processuais para atender", explica.

O presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destaca que a maior preocupação do Judiciário é preservar documentos que tenham valor histórico, o que não acontece com a quase totalidade dos agravos de instrumentos. "São processos transitórios, de pequena durabilidade e não reservam nenhuma atenção para serem mantidos em arquivo", avalia.

Os autos não são totalmente eliminados. São preservados alguns documentos originais, como pareceres do Ministério Público, preparos (pagamento das custas processuais) e acórdãos ou decisões monocráticas. Está prevista cota de preservação prudencial de autos com importância histórica e social de 15% do total, para promover a memória e a pesquisa.

A segunda etapa irá preparar lista com o material a ser descartado: primeiro será transformado em aparas; depois, reciclado. O prazo previsto para processamento da operação é de dois anos.

Corregedor recebe Comissão de Defesa do Direito do Idoso da OAB/MA

Na manhã de ontem (9), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, recebeu integrantes da Comissão de Defesa do Direito do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão (OAB/MA). Durante o encontro, foi discutida a necessidade da instalação da Vara Especial do Idoso. **PÁGINA 3**

Corregedor recebe Comissão de Defesa do Direito do Idoso da OAB/MA

Na manhã de ontem (9), o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Des. Cleones Carvalho Cunha, recebeu integrantes da Comissão de Defesa do Direito do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão (OAB/MA). Durante o encontro, foi discutida a necessidade da instalação da Vara Especial do Idoso.

O corregedor Cleones Cunha deixou claro que há total interesse do Tribunal de Justiça do Maranhão em instalar a Vara Especial do Idoso em

São Luís, mas que, no momento, a falta de juízes impede. "Assim que o concurso de juízes acabar, o Tribunal deverá instalar a Vara. Temos muito interesse em vê-la funcionando o mais breve possível", disse o desembargador.

A Vara Especial do Idoso tratará de processos que envolvem medidas protetivas do idoso, interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso, previstos no Estatuto do Idoso, bem como crimes contra o idoso. A unidade foi criada pela Lei Complementar nº 123/2009, de 15 de abril de 2009.

O presidente da Comissão de Defesa do Direito do Idoso da OAB/MA, Benedito Bayma Piorsky, agradeceu a receptividade do corregedor e disse torcer para que os entraves que impedem a instalação da Vara sejam logo resolvidos.

O assunto gerou divergência no Tribunal de Justiça do estado.

||||

De um lado, a maioria dos desembargadores considera a Lei 8369/2006 como autêntica Lei de Revisão Geral de Vencimentos, razão pela qual, pelo princípio da Isonomia não podem existir diferentes índices de reajuste.

||||

Por outro lado, um número menor de desembargadores afirma que a lei é de natureza mista e que não se trata de Lei de Revisão Geral de Vencimentos.

||||

Na visão do parlamentar, sendo cabível a diferença de 8% para servidores técnicos e 30% para servidores com nível superior.

GERAL

TJMA É 3º DO PAÍS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem o terceiro maior número de processos julgados, envolvendo casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, considerando-se tribunais estaduais e do Distrito Federal. PAG.05

IMPROBIDADE

TJMA é 3º do país em julgamento de ações

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem o terceiro maior número de processos julgados, envolvendo casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, considerando-se tribunais estaduais e do Distrito Federal.

Os dados constam em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes à Meta 18 do Judiciário, que tem como objetivo identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

O salto de produtividade é mais evidente quando analisados, separadamente, os processos de improbidade administrativa apreciados em 2012 e nos primeiros meses de 2013.

No ano passado, o tribunal maranhense ocupou o sex-

to lugar, com 513 processos julgados, ficando atrás de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Espírito Santo. "Neste começo de 2013, pulamos para o segundo lugar, com 86 ações julgadas, perdendo somente para São Paulo, com 150", comemora o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Investimentos em tecnologia e infraestrutura, capacitação e treinamento de servidores e magistrados, uso racional de recursos, organização de fluxos e processos de trabalho são alguns dos fatores que possibilitaram a evolução e celeridade do Judiciário maranhense, dentro de uma nova visão de planejamento estratégico.

Mesmo nos julgamentos de processos de crimes contra a administração pública, situação em que o Estado ocupou o nono lugar entre os tribunais das unidades da federação no ano passado - e no geral, até o momento -



Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão

houve conquista de três posições em 2013, passando à sexta colocação nos primeiros meses deste ano.

No cômputo geral de ações de improbidade e de crimes contra a administração, o Estado ficou em quarto lugar em 2012, está em segundo em 2013,

e ocupa, temporariamente, a 3ª posição geral na soma dos dois anos, com 862 processos julgados, atrás apenas de Goiás, com 8.529, e São Paulo, com 4.680. Os dois primeiros colocados incluem números dos juizados especiais, ao contrário do TJMA, que não lança estes dados.

TJMA

Procuradores buscam apoio para fortalecer a classe

Uma comissão de procuradores esteve no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ontem para solicitar apoio do Judiciário à melhoria da estrutura da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Eles querem que a instituição avance na prestação de serviços à Fazenda Pública e Justiça estadual.

Os procuradores manifestaram preocupação com a carência de profissionais e de pessoal de apoio para o desempenho de funções na defesa dos processos de interesse da Fazenda Pública e na prestação de serviços ao Executivo, Judiciário e Legislativo na área jurídica no Estado.

Segundo a Associação dos Procuradores do Maranhão (ASPEM), o Estado possui 67 profissionais da área para atuar em cerca de 60 mil processos judiciais. Os funcionários de apoio são cedidos por outros órgãos. Seriam necessários mais 60 procuradores para dar conta do serviço e interiorizar os trabalhos da PGE.

O presidente Guerreiro Júnior manifestou solidariedade à causa e considerou justas e necessárias as reivindicações para

o bom funcionamento do Judiciário. "Os procuradores têm abertura para discutir com o Tribunal o que for melhor para o Estado", disse o desembargador.

Daniel Blume, presidente da ASPEM, disse ser do interesse dos procuradores a defesa plena da Fazenda Pública, mas citou que as condições de trabalho são deficitárias. "Precisamos com urgência de mais procuradores. Há uma década não há concurso público e, desde 1994, não é ampliado o número de vagas para o quadro de pessoal. O que pleiteamos é o preenchimento das vagas já criadas", disse.

Marcelo Terto, presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), enfatizou a luta da classe por melhor estruturação do órgão e condições de trabalho, em termos de instalações e pessoal.

O vice-presidente da ANAPE, Telmo Lemos Filho, e um grupo de procuradores maranhenses participaram da reunião e reforçaram a luta pela estruturação da PGE. Eles agradeceram ao presidente do TJMA o apoio à causa da classe.

Reajuste salarial tem que ser igual para todos os servidores

O líder da oposição Rubens Jr. usou a tribuna ontem para defender reajuste salarial igual para todos os servidores públicos do Estado. Em 2006 foi aprovada a lei que concedeu 8% de reajuste aos servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário e 30% aos servidores com nível superior. A diferença na taxa de reajuste entre os servidores gerou inúmeras ações judiciais a favor da equiparação salarial. Para o deputado, reajustar o salário de todos os servidores em 30% significa validar a Lei de Revisão Geral de Vencimentos, que por força do princípio constitucional da Isonomia não pode ter índices diferenciados.

"As leis que tratam de aumentos remuneratórios e revisão de vencimentos devem ser específicas, não pode ser uma lei mista. Queremos que o TJ dê a interpretação de acordo com a Constituição para garantir aos servidores o que lhes é assegurado por direito", concluiu Rubens.

O assunto gerou divergência no Tribunal de Justiça do Estado. De um lado, a maioria dos desembargadores considera a Lei 8369/2006 como autêntica Lei de Revisão Geral de Vencimentos, razão pela qual, pelo princípio da Isonomia não podem existir diferentes índices de reajuste. Por outro lado, um número menor de desembargadores afirma que a lei é de natureza mista e que não se trata de Lei de Revisão Geral de Vencimentos, sendo cabível a diferença de 8% para servidores técnicos e 30% para servidores com nível superior



Líder da oposição Rubens Jr.



CASO DÉCIO SÁ

Delegado da PF e ex-gestor são ouvidos

Depoimentos do delegado Pedro Meireles e do ex-vice-prefeito de Barra do Corda Aristides Milhomem fecharam audiências com testemunhas de acusação. **Geral C5**

Ex-vice-prefeito e delegado da PF depuseram no Caso Décio Sá

Aristides Milhomem foi a última pessoa a falar ao celular com o jornalista; Pedro Meireles é investigado pela suposta participação na rede de agiotas liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, acusado de ser o mandante financiador do crime

Flora Dolores

Saulo Maclean

Da editoria de Polícia



No último dia de audiência, ontem, com as testemunhas de acusação, arroladas pelo Ministério Público Estadual no processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá, dois dos oito depoimentos prestados no Salão do Júri marcaram os trabalhos da defesa dos réus e do promotor do caso. Na sequência de oitivas, depuseram o jornalista e ex-vice-prefeito da cidade de Barra do Corda, Aristides Milhomem, última pessoa a falar ao celular com o jornalista; e o delegado da Polícia Federal, Pedro Meireles, investigado pela própria instituição de suposta participação na rede de agiotas liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 35 anos, acusado de ser o mandante e financiador do crime.

Das duas testemunhas, Aristides Milhomem foi o primeiro a depor no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro Calhau. Ao promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Correa Duarte, o ex-vice-prefeito de Barra do Corda se declarou amigo de Décio Sá, com quem trocava informações profissionais e costumava almoçar sempre que possível. Segundo apurou a Polícia Civil do Maranhão, Milhomem foi a última pessoa para quem Décio Sá ligou, antes de morrer, informação confirmada pelo próprio depoente. "Décio me ligou às 22h30 e, depois de poucos minutos de conversa, ouvi um barulho semelhante ao de uma 'flecha atravessando o ar'", disse o ex-gestor.

O 'barulho' ao qual se referiu Milhomem, na verdade, foi um dos seis tiros de pistola calibre



Milhomem exaltou ontem o trabalho do jornalista Décio Sá

ponto 40 disparados pelo pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva, de 25 anos, réu confesso. Na conversa, segundo a polícia e confirmado pela testemunha, Décio Sá perguntava se Milhomem já havia visto em seu blog (blogdodecio.com.br) a "postagem de Barra do Corda" (pistoleiros pedem transferência do júri de Pedro Teles para capital alegando 'jogo de cartas marcadas'), publicada no dia 23 de abril, momentos antes de o jornalista ser executado em um bar, na Avenida Litorânea. "Ouvi a pergunta do colega, e respondi que não. Logo depois, ele foi morto", acrescentou.

Em seu depoimento, Aristides Milhomem também respondeu a perguntas da defesa de Gláucio Carvalho acerca de uma possível

insistência quanto às 38 publicações do blogueiro contra a família Teles, e exaltou o trabalho do jornalista assassinado. "Décio era um jornalista corajoso, e sempre perseguia a verdade, independente de quem seria o denunciado. Recordo-me de uma oportunidade na qual almoçava com ele (Décio) e perguntei: Você não tem medo de morrer? e ele respondeu: 'Se eu tivesse medo de morrer pelas coisas que escrevo, eu não seria jornalista'", concluiu o ex-vice-prefeito de Barra do Corda, na gestão de Manoel Mariano de Sousa, o Nenzim, pai do empresário Pedro Teles.

Delegado - O segundo depoimento, considerado de grande valia, na sessão de ontem, foi o do delegado da Polícia Federal Pe-

Reprodução de imagem/TV Mirante



O delegado Pedro Meireles é investigado por sua ligação com agiotas

dro Meireles. Ele foi o último a depor e, por ser investigado de suposta participação na rede de agiotas, chegou a apresentar um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) que comprovaria que 96,34% dos recursos públicos federais destinados à Prefeitura de Serrano do Maranhão - na gestão de outra testemunha de acusação que depôs ontem, o ex-prefeito Vagno Pereira, o Banga - foram sacados irregularmente na "boca da caixa". O documento foi mostrado por Meireles porque o ex-gestor o denunciou de fazer parte da quadrilha, depois que foi preso em operação da PF, em 2010.

Segundo ele, a ação policial comandada por Meireles foi "armada" para tirá-lo do cargo, pois se recusou a pagar um débito de

R\$ 200 mil à rede de agiotagem deixada pelo ex-prefeito Leocádio Rodrigues, do qual era vice, antes de ser cassado em decorrência das investigações encabeçadas pela PF. "O resultado da investigação que fizemos está no relatório da CGU. Foram sacados mais de R\$ 2,7 milhões de recursos públicos federais na gestão do ex-prefeito, portanto, acredito que isto já é o suficiente para colocar em discreto a denúncia de que a operação teria sido armada, uma vez que, antes de qualquer uma ação ser deflagrada, é necessário que esta seja avaliada e autorizada", defendeu-se o delegado.

Acerca do assassinato de Décio Sá, Pedro Meireles disse ter tomado conhecimento pela internet e que foi ao local do crime

Matris

Também depôs no Salão do Júri o delegado Luís Jorge Matos, chefe do Departamento de Combate a Roubo a Instituições Financeiras (Decrif) da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), que falou sobre a conduta dos dois policiais civis Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, afastados preventivamente de suas funções por suspeita de relação com os agiotas. Entre as outras testemunhas estão empresários, assessores de gestão pública, e office-boys, que tiveram algum tipo de contato com alguns dos réus.

A partir de segunda-feira (13), serão ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa, entre as quais policiais e delegados que trabalharam nas investigações sobre a morte de Décio Sá. O juiz Márcio Castro Brandão, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, informou que já digitalizou o processo para inseri-lo do "Programa Justiça Plena", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançado em novembro de 2010 para monitorar e dar transparência ao andamento de processos de grande repercussão social, entre eles os relacionados a questões criminais.

apenas por curiosidade, uma vez que se tratava de um jornalista bastante conhecido no estado. "No local do crime, inclusive, liguei para o superintendente da Polícia Federal perguntando se podia falar ao secretário de Segurança Pública que a PF se colocava à disposição, e assim eu fiz", completou o delegado, que também disse ser amigo de infância do advogado Ronaldo Ribeiro, outro denunciado pelo MP de integrar a quadrilha liderada por Gláucio Carvalho, a quem Meireles disse só conhecer por ser próximo ao colega defensor.

CPI do Bom Peixe pedirá à Justiça busca e apreensão de documentos na Semapa

Secretário Marcelo Coelho não entregou à comissão as provas de que tenha havido "vícios e irregularidades" no programa e também será processado por prevaricação

Divulgação/Paulo Caruá

Ronaldo Rocha
Da editoria de Política

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Bom Peixe, instalada na Câmara Municipal de São Luís, entrará na Justiça com pedido liminar de busca e apreensão contra o secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa), Marcelo Coelho (PSB). A comissão quer ter acesso a documentos do Programa Bom Peixe - suspenso pelo secretário em meio a polêmicas na Semana Santa - sob a justificativa de que havia encontrado "vícios e irregularidades" em contratos.

Coelho tinha até ontem para entregar à CPI todos os documentos que comprovassem os "vícios e irregularidades", mas não o fez, perdendo um prazo de 10 dias concedido pelos vereadores. Os parlamentares que compõem a comissão e que investigam a suspensão do programa social responsável pela venda do pescado a preços mais baixos à população também vão buscar o Ministério Público e deverão processar Coelho por crimes de prevaricação, responsabilidade e desobediência.

A decisão de buscar na Justiça o direito a ter acesso aos documentos foi tomada pelo presidente da comissão, vereador Pedro Lucas Fernandes (PTB), e confirmada pelos demais membros. Os vereadores também cogitaram a possibili-



Coelho ignorou pedido de vereador e terá de se explicar na Justiça

dade de ir *in loco* à Semapa, pedir explicações ao secretário. Mas, como Marcelo Coelho não demonstrou, até o momento, qualquer gesto ou intenção de manter diálogo, há resistência a esta ideia.

De acordo com Pedro Lucas, uma vez finalizado o prazo de entrega de documentos à CPI e na ausência de justificativas, não resta outro caminho a não ser buscar a Justiça, para dar prosseguimento às investigações. "O prazo acabou ontem e não recebemos nada daquilo que foi solicitado. Vamos nos reunir e em

seguida buscar o Ministério Público e a Justiça, com pedido de busca e apreensão", disse.

Além do pedido de busca e apreensão, Pedro Lucas Fernandes explicou os motivos que devem levar a comissão a processar Marcelo Coelho. "Vamos processá-lo por crimes de responsabilidade, prevaricação e desobediência. A representação deverá ser analisada pelo Ministério Público, responsável pelo processamento criminal em casos como este. Coelho comete prevaricação ao impedir o bom funcionamento da

“
Vamos processá-lo por crimes de prevaricação e desobediência. A ação deverá ser analisada pelo Ministério Público”

Pedro Lucas Fernandes,
vereador

comissão parlamentar na sua atribuição precípua de investigar", justificou.

Relator da CPI do Bom Peixe, vereador Chico Carvalho (PSL) afirmou que conversou com alguns membros da comissão. Ele disse que a decisão de buscar a Justiça somente será revista caso o secretário surpreenda e envie ainda hoje os documentos. "A nossa intenção é sempre manter o diálogo. Caso isso não ocorra, vamos nos reunir na segunda e decidir pelo prosseguimento dos trabalhos", afirmou.

Defensores públicos voltam a vistoriar postos de saúde e hospitais de Imperatriz

Trabalho do órgão de Justiça foi suspenso por causa de despacho da Semus, proibindo a fiscalização; secretaria diz que nunca proibiu vistoria nas unidades

Divulgação

IMPERATRIZ - Defensores públicos lotados no Núcleo da Defensoria do Estado em Imperatriz retomaram as vistorias nas unidades de saúde pública da cidade. A fiscalização havia sido suspensa há cerca de um mês por causa de despacho da Secretaria Municipal de Saúde (Semus). As vistorias não têm prazo para acabar e será realizada em todos os postos e hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O trabalho teve continuidade na terça-feira (7). Um grupo de pessoas liderado pelo defensor público Fábio de Abreu Ribeiro Machado foi ao Posto de Saúde Maria Aragão, localizado no bairro Vilinha. A fiscalização teve o apoio do Sindicato dos Empregados na Saúde (Sindsaúde), entidade que foi procurada pelos defensores antes da visita ao posto Maria Aragão.

Diferentemente do que havia acontecido há aproximadamente um mês, a equipe não teve dificuldades para entrar no prédio e colher informações. O grupo foi ao posto por volta das 9h acompanhado de jornalistas e assessores prontos para registrar o trabalho. Fábio Machado se encarregou pessoalmente de conversar com profissionais de saúde do posto e de observar documentos.

O Núcleo da Defensoria de Imperatriz havia impetrado um Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) para derrubar a proibição imposta pela Prefeitura, mas, antes mesmo do julgamento dessa ação, o trabalho de vistoria foi retomado.

O defensor público André Barroso explicou que o juiz Marcelo Testa Baldochi garantiu que a fiscalização dos defensores poderia ser realizada mesmo com o processo em andamento. O magistrado entende que as inspeções estão entre as prerrogativas dos



O defensor Fábio de Abreu Machado é atendido por funcionárias do Posto de Saúde Maria Aragão

Mais

Com as vistorias, os defensores públicos esperam colher informações sobre o funcionamento do posto para incluir no relatório do Grupo de Trabalho da Saúde. Esse grupo vem fazendo um diagnóstico da saúde pública no estado visando propor ações de melhorias.

defensores, cujo objetivo é evitar possíveis falhas no atendimento em saúde e propor correções em prol dos usuários do SUS.

Sem proibição - O assessor jurídico da Secretaria de Saúde de Imperatriz (Semus), Valeriano Júnior, disse que jamais houve impedimento do órgão à visita de defensores públicos ou de qualquer pessoa nas unidades de saúde imperatrizenses. Para o advogado da Semus, houve

uma deturpação dos fatos com a clara tentativa de garimpar a adesão da opinião pública, já que o acesso aos postos e unidades de saúde sempre foi garantido pela própria gestão do Prefeito Sebastião Madeira.

Valeriano Júnior explicou que a decisão adotada pela Secretaria Municipal de Saúde teve como objetivo a preservação da ordem e evitar a invasão de postos de saúde, a tomada desautorizada de documentos internos e o vasculhamento de armários e gavetas das unidades por estranhos e pessoas desautorizadas.

"Não é razoável que pessoas, ditas nomeadas por um defensor público, entrem em ambientes reservados, examinem documentos, abram gavetas, vasculhem armários e fotografem sem que haja autorização, no caso da secretária de Saúde ou do prefeito", frisou Valeriano Júnior.

O assessor jurídico argumentou ainda que a decisão

do governo municipal limitou-se aos casos de abuso, que beiraram a intromissão ao exercício legal e legítimo conferido pela Constituição Federal ao chefe do Poder Executivo municipal e seus auxiliares.

O advogado acrescentou, em defesa da decisão da Secretaria de Saúde, que o próprio documento da Defensoria Pública se reporta a visitas e não à busca de papéis, vistoria de instalações reservadas aos funcionários e à devassa de documentos e arquivos.

"O documento da Defensoria fala uma coisa e a postura adotada pelos estranhos aos quadros da própria Defensoria, certificada pelos diretores das unidades de Saúde de Imperatriz, foi outra, completamente hostil, desrespeitosa e autoritária, com a prática de atos que não encontram guarida na vigência do estado democrático de direito", sustentou Valeriano Júnior.

O diretor do Fórum Henrique de La Rocque, aqui em plagas tocantinas, Adolfo Pires da Fonseca, afivelou as malas e foi ontem para São Luís com toda a família. Foi homenagear sua genitora Malvina Fonseca neste domingo com grande almoço em família. Retornará ao batente na próxima terça-feira. Valer dizer que ontem, o juiz esteve reunido com o representante da Construtora Lua Nova, de São Luís. É sabido que já foi assinada a ordem para o início das obras do novo Fórum para Imperatriz; uma mega estrutura com direito, inclusive a um heliponto. A nova sede será construída nas imediações da Faculdade de Imperatriz – Facimp, área doada pela própria instituição.

Agradou

Os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Marcello Terto, e da Associação Maranhense, Daniel Blume, visitaram ontem os três Poderes no Maranhão.

Foram recebidos pelo vice-governador Washington Oliveira, pelo presidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior, e pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB).

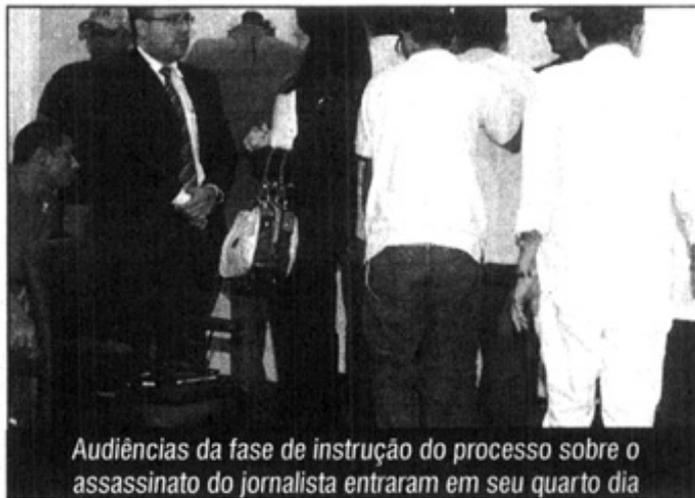
Saíram dos encontros satisfeitos com o que ouviram sobre a busca por melhoria nas condições de trabalho dos procuradores.

Depoimentos do caso Décio Sá entram no 4º dia de audiência

“Se eu tivesse medo de morrer pelo que eu escrevo, eu não seria jornalista”. A frase, dita por Décio Sá, foi revelada por uma das testemunhas que prestaram depoimento nesta quinta-feira (9), no quarto dia de audiências da fase de instrução do processo sobre o assassinato do jornalista.

Amigo íntimo da vítima, a testemunha, um político de Barra do Corda, MA, contou que foi assim que Décio respondeu quando perguntado se ele não tinha medo de ser morto por causa das postagens polêmicas em seu blog. O político foi relacionado como testemunha porque falou ao telefone com o jornalista minutos antes dele ser morto, por volta de 22h30 do dia 23 de abril do ano passado.

Um policial civil, colega de trabalho dos policiais acusados de participação Alcides Silva e Joel Durans, também prestou depoimento. Além



Audiências da fase de instrução do processo sobre o assassinato do jornalista entraram em seu quarto dia

dele, um parente e um conhecido de Fábio Bochecha, um ex-funcionário de Ronaldo Ribeiro, um político de Serrano do Maranhão, um comerciante conhecido de Gláucio Alencar e um delegado da Polícia Federal do Maranhão (PF-MA) também falaram em juízo.

O teor dos depoimentos

esteve relacionado ao assassinato do empresário Fábio Brasil; postagens de Décio Sá sobre a uma família de políticos de Barra do Corda; o funcionamento do esquema de agiotagem supostamente encabeçado por Gláucio Alencar e José Miranda, além de relações comerciais entre os acusados.

Foram oito testemunhas de 11 relacionadas pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA). Segundo o promotor Luís Carlos Duarte, as outras três foram dispensadas. Entre elas, estava a esposa de Gláucio Alencar, acusado de ser o mandante do assassinato junto com o pai, José Miranda.

O juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), determinou abertura dos trabalhos por volta de 9h20, encerrando as atividades às 12h05. Ao todo, 55 pessoas foram arroladas para prestar depoimento nesta etapa do processo, que ocorre entre os dias 6 e 24 de maio, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Até o momento, 26 depoentes já falaram em juízo. Na segunda-feira (12), começam a ser ouvidas as testemunhas relacionadas pela defesa.

SENTENÇA

Família de preso assassinado receberá indenização

Os desembargadores da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiram, por unanimidade, manter sentença de 1º grau que condenou o Estado do Maranhão ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 60 mil à família de detento assassinado durante rebelião no

Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

O valor será acrescido de correção monetária a contar da sentença e juros de mora a partir da data do assassinato, ocorrido em 12 de maio de 2008. O presidiário cumpria pena pela prática do crime previsto no artigo 157 do Có-

digo Penal (subtração de coisa alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência).

A relatora do processo, desembargadora Cleonice Silva Freire, ressaltou o dever do Estado em garantir a integridade física e moral de presos, mantendo vigilância adequada e

eficiente, para evitar a propagação de armas e violência em unidades prisionais.

"A Constituição Federal é clara quanto a esse aspecto e diz que o Estado responde objetivamente pelos danos morais decorrentes de morte de presidiário dentro de estabelecimento prisional", salientou.

DÉCIO SÁ

MP finaliza primeira semana de oitivas

MICHEL SOUSA

Vinte e seis pessoas foram ouvidas na primeira semana de oitivas do processo que apura o assassinato do jornalista Décio Sá. No último dia de depoimentos deste começo de instrução processual, eram esperadas 11 testemunhas, mas três delas não depuseram – duas por não terem sido localizadas pelo Ministério Público e a terceira, que era a esposa de um dos acusados, foi dispensada pelo promotor, após um dos advogados de defesa solicitarem para que ela não fosse indagada.

Dos depoentes do quarto dia de oitivas, um dos testemunhos mais esperados foi o do delegado da Polícia Federal Pedro Meireles, um dos indiciados pela Polícia Civil de ter envolvimento com a quadrilha de agiotas, apontados como os contratantes da morte do jornalista Décio Sá. Ele foi ouvido a respeito

do caso e de seu envolvimento com a quadrilha. O ex-prefeito de Serrando do Maranhão também prestou depoimento, mas, antes de prestar qualquer esclarecimento, pediu a saída dos acusados do local.

Quem também foi ouvido pelo juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, foi o ex-prefeito de Barra do Corda, Aristides Milhomen de Sousa, a última pessoa que falou com Décio Sá. Ele relatou que ouviu barulhos ao telefone, mas, em seguida, o telefone ficou mudo e a ligação caiu.

Segundo o promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri do caso, Luís Carlos Correa Duarte, a primeira semana de oitivas encerra-se para que os depoimentos colhidos possam ser avaliados e despachados. Na próxima segunda-feira, os trabalhos recomeçam com novos depoimentos. Serão testemunhas de defesa do Caso Décio.

NEGOCIAÇÕES

TJ recebe postos da Cemar e Oi para reconciliação

Serão instalados hoje, sexta-feira, às 9 horas, postos da Cemar e Oi, no Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da Rua do Egito. No local, os consumidores poderão resolver questões judiciais ou não com as empresas.

O atendimento será feito nos moldes do sistema “expressinho”. O cidadão se dirige à sala específica, registra reclamação diante do preposto das empresas e, juntos, tentam buscar acordo, tanto pré-processual (sem ação judicial) quanto processual (com ação judicial em trâmite).

Os acordos são homologados por juiz e têm força de sentença. Se as partes não che-



É o prazo para o agendamento da reconciliação entre as partes

garem a um entendimento, a demanda é registrada, sendo feito, em seguida, o agendamento de sessão de conciliação em 20 dias.

Os benefícios da Mesa da Assembleia Legislativa

**25% de aumento no salário, um gabinete extra,
além de quatro a seis assessores a mais**

Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão tem nove integrantes e gera uma despesa mensal, a mais, de cerca de R\$ 100 mil por mês, sendo que o valor gasto em um ano é de R\$ 1,14 milhão. O recurso é destinado a gastos extras, com bônus salarial, assessores e gabinetes. Com a bonificação salarial, um dos componentes da Mesa, por exemplo, recebe 25% em cima do salário bruto, tendo como vantagem a mais, nos proventos, R\$ 5.010,50.

POLÍTICA 2

ASSEMBLEIA

Uma mesa de benefícios

Deputados que compõem Mesa Diretora do parlamento estadual recebem bonificação salarial, assessores e gabinetes extras. Benefício gera despesa de mais de R\$ 1 milhão por ano aos cofres públicos



Membros da Mesa Diretora da Assembleia têm série de benefícios concedidos por Resolução Normativa

CLODOALDO CORRÊA

Pelo menos a cada dois anos existe uma grande disputa por um espaço na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão, a “briga” é justificada pelo poder de decisão dentro do Legislativo estadual, mas outro fato acaba levando os parlamentares a disputarem este espaço: os benefícios aos escolhidos. Os poucos privilegiados têm direito a um acréscimo no salário e mais cargos à disposição. Os membros da Mesa Diretora geram uma despesa além do gasto normal dos legisladores, quase R\$ 100 mil a mais todo mês, com pagamento de gratificação e salários de assessores extras. No fim do ano, o valor desembolsado a mais com os benefícios da Mesa Diretora chegam a R\$1.140.000.

Para entender o valor: cada um dos componentes da Mesa ganha uma bonificação de 25% a mais em cima do salário bruto. Ou seja, recebe mais R\$ 5.010,50. Com a despesa dos nove membros da Mesa, são R\$ 45.094 a mais de gasto na Assembleia Legislativa, mas isto é apenas a metade das vantagens.

Os deputados privilegiados ainda têm direito a mais quatro cargos oficialmente. Um cargo de salários de símbolo DANS-1, de R\$ 1,5 mil, e outros três DAS2, DAS-3 e DAS-4, que com gratificações giram em torno de R\$ 1 mil. Desta forma, somente com os cargos a mais oficiais, a Assembleia desembolsa mais R\$ 5,5 mil por deputado da Mesa. O que gera um custo a mais de R\$ 49,5 mil. Ou seja, no total R\$ 95,5 mil por mês de gastos somente

com as vantagens da Mesa Diretora da Assembleia.

Cada um dos membros da Mesa Diretora ainda possui um gabinete extra, localizado no segundo andar da Assembleia Legislativa. Embora não seja possível calcular o custo de manutenção de cada sala a mais, esta ocupação de espaço gera mais gastos de energia elétrica, limpeza, telefone, manutenção de computadores, material de escritórios etc. Desta forma, os parlamentares acabam possuindo o direito de acumular o uso de dois gabinetes dentro da sede do legislativo maranhense.

O que determina esse direito é a Resolução Normativa 610/2010, esta estabelece que o gabinete de cada deputado terá 19 cargos. O artigo 2º assegura aos membros da Mesa Diretora mais quatro cargos. Apesar de oficialmente só existirem mais quatro cargos para membros da Mesa, na prática, são distribuídos mais cargos, chegando a seis para cada membro. Estas nomeações não são oficialmente divulgadas como ocupação de cargos para os deputados, mas entram no bojo geral da Assembleia, dificultando a identificação de quantos cargos ficam para cada parlamentar. Deve-se destacar que os benefícios concedidos não são exclusividade do legislativo local, outras Casas tem gastos extras, mas cada um de-

termina a forma que deve ser concedida.

A equipe de **O Imparcial** manteve conversa com os membros da Mesa, muitos despistaram do assunto, chegaram a esboçar algum argumento, mas preferiram não serem citados e justificaram “estamos seguindo as normas”. Os parlamentares chegaram até apontar alguns números divergentes da quantidade de cargos a mais que possuíam. O presidente da Assembleia, Arnaldo Melo (PMDB), também não quis se posicionar sobre o assunto.

Atualmente, compõem a Mesa diretora os deputados Arnaldo Melo (presidente), Max Barros (1º vice-presidente), Eduardo Braide (2º vice-presidente), Marcelo Tavares (3º vice-presidente), Gardênia castelo (4ª vice-presidente), Rogério Cafeteira (1º secretário), Carlinhos Florêncio (2º secretário), Dr. Pádua (3º secretário) e Zé Carlos da Caixa (4º secretário).

Vale lembrar que no mês passado, a Assembleia aumentou de R\$ 2,2 mil para R\$ 2,85 mil o valor do Auxílio Moradia aos deputados. Também aumentaram os valores da Verba Indenizatória de Exercício Parlamentar, de R\$ 15 mil para R\$ 16.261,95 e da Verba Indenizatória de Ajuda de Gabinete, de R\$ 17.894,67 para R\$ 19.400,16. O total de aumento de auxílios ficou em R\$ 3.417,44 por mês.



4
assessores extras é a
quantidade que cada
parlamentar tem
direito ao ser eleito
para Mesa Diretora
do Legislativo



R\$95,5
MIL
por mês é
a despesa que
Assembleia
Legislativa tem com
cada membro da
Mesa Diretora



Benefícios foram concedidos quando Marcelo era presidente

Líderes de bloco também oneram

A mesma Resolução que garante mais cargos para os membros da Mesa garante mais aos líderes de bloco ou bancada. Com o aumento do número de blocos na Assembleia, mais líderes tiveram direito a cargos a mais. O número de cargos para os líderes varia de acordo com o número de liderados. Quem possui de quatro a 14 liderados tem direito a mais quatro cargos. Quem tem entre 15 e 28, seis cargos a mais. Para os que lideram de 29 para mais, oito cargos além.

Como hoje, a casa é dividida em

sete blocos, são mais sete líderes com direito a mais cargos que os demais. Como nenhum dos blocos tem mais de 10 liderados, os líderes do PV, Edilázio Júnior; do PSD, Raimundo Cutrim; do bloco Democrático, Jota Pinto (PEN); da Oposição, Rubens Júnior (PCdoB), do bloco PDT-PSDB, Neto Evangelista (PSDB) e do Bloção, Roberto Costa (PMDB) e do Bloquinho, Marcos Caldas (PRB), têm direito a mais quatro cargos. Apenas o líder de governo, César Pires (DEM), que lidera 32 deputados, possui oito cargos a mais.

Salários

A Assembleia legislativa do Maranhão não adaptou seu portal para divulgar os nomes e salários dos servidores. Fontes de **O Imparcial** dão conta de que durante a pressão da mídia para que todas

as Casas parlamentares do Brasil se adaptassem no ano passado, o parlamento maranhense planejou uma divulgação com os nomes e os símbolos em um link, as explicações dos símbolos em outro e das gratificações em outro para dificultar as visualizações das remunerações totais. Depois que a "poeira baixou", até esta divulgação foi esquecida.

Em todo o Brasil, somente a Assembleia do Espírito Santo, publica a lista com os salários de todos os funcionários. Dez Casas não divulgam nenhuma informação (entre elas a do Maranhão) e outras informam apenas dados parciais, sem os nomes dos servidores.

O Tribunal de Justiça do estado, por exemplo, já tem a folha de pagamento com nomes e salários de todos os servidores, com base na Resolução N°102/2009-CNJ.


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
FÓRUM DES. SARNEY COSTA
8ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS
Tel: 2106-9696

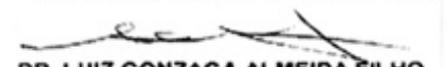
EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et coetera

FAZ SABER, a todos quanto ao presente **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. AÇÃO DE COBRANÇA** - processo n.º 34092-65.2011.8.10.0001. Como parte requerente **CMO CENTRO DE MEDICINA OCUPACIONAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço na Av. Getúlio Vargas, n.º 90, Apeadouro, São Luís - MA. Advogada da parte autora **DRA. KATE GUERREIRO TEIXEIRA**. Como parte requerida **CEO - SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**.

Visa o presente a **CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA: CEO - SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ 08.482.9387/0001-05, que encontra-se em local incerto e não sabido**. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos dezessete dias do mês de maio do ano de 2012. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com a Juíza de Direito.

São Luís (MA). 17 de maio de 2012


DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

ACONTECE HOJE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDAFTEMA

Sindaftema convida todos associados para participar da Assembleia Extraordinária que acontece hoje, dia 10, na sede da OAB..

Convidamos todos os senhores associados a se reunirem em Assembleia Extraordinária, nos termos do artigo 9º do estatuto da entidade. Com a participação do nosso advogado Pedro Duailibe. Para deliberar dos seguintes assuntos:

1 - Autorização para os advogados do escritório Duailibe Mascarenhas & Advogados Associados promoverem a execução das diferenças decorrentes da ação dos 21,7% (Proc. nº14.821/2009 da 5ª Vara da Fazenda pública da Comarca de São Luís – MA), independente do cumprimento da obrigação de fazer (incorporação).

2 - Medidas judiciais para obrigar o Governo do Estado a cumprir a decisão referente à incorporação do percentual de 21,7%% aos salários e provimentos dos auditores fiscais (Proc. nº14.821/2009 da 5ª Vara da Fazenda pública da Comarca de São Luís – MA).

A assembleia acontecerá mais uma vez, no Auditório da sede da OAB, que fica localizada na Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira N°01. Com a primeira convocação às 09:00 (nove) horas e em segunda convocação às 09:30 (nove e trinta) do hoje, 10 de maio de 2013.

Sua presença é de fundamental importância para que juntos possamos deliberar democraticamente sobre os rumos da ação judicial defendida pelo nosso sindicato. Participe!

"A historia não termina porque a luta do trabalhador nunca acaba"



TJ-MA é terceiro do país em julgar de ações por improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) tem o terceiro maior número de processos julgados, envolvendo casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, considerando-se tribunais estaduais e do Distrito Federal.

PÁGINA 4 _____

TJ-MA é terceiro do país em julgar de ações por improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) tem o terceiro maior número de processos julgados, envolvendo casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, considerando-se tribunais estaduais e do Distrito Federal.

Os dados constam em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes à Meta 18 do Judiciário, que tem como objetivo identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública, distribuí-

das até 31 de dezembro de 2011.

O salto de produtividade é mais evidente quando analisados, separadamente, os processos de improbidade administrativa apreciados em 2012 e nos primeiros meses de 2013.

No ano passado, o tribunal maranhense ocupou o sexto lugar, com 513 processos julgados, ficando atrás de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Espírito Santo. "Neste começo de 2013, pulamos para o segundo lugar, com 86 ações julgadas, perdendo somente para São Paulo, com 150", comemorou o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio

Guerreiro Júnior.

Investimentos em tecnologia e infraestrutura, capacitação e treinamento de servidores e magistrados, uso racional de recursos, organização de fluxos e processos de trabalho são alguns dos fatores que possibilitaram a evolução e celeridade do Judiciário maranhense, dentro de uma nova visão de planejamento estratégico.

Mesmo nos julgamentos de processos de crimes contra a administração pública, situação em que o Estado ocupou o nono lugar entre os tribunais das unidades da federação no ano passado – e

no geral, até o momento – houve conquista de três posições em 2013, passando à sexta colocação nos primeiros meses deste ano.

No cômputo geral de ações de improbidade e de crimes contra a administração, o Estado ficou em quarto lugar em 2012, está em segundo em 2013, e ocupa, temporariamente, a 3ª posição geral na soma dos dois anos, com 862 processos julgados, atrás apenas de Goiás, com 8.529, e São Paulo, com 4.680. Os dois primeiros colocados incluem números dos juizados especiais, ao contrário do TJ-MA, que não lança estes dados.

OITIVAS DO 'CASO DÉCIO'

DELEGADO DA FEDERAL NEGA TER BENEFICIADO ESQUEMA DE AGIOTAGEM

O delegado da Polícia Federal Pedro Roberto Meireles Lopes negou ontem, em depoimento na audiência de instrução do "caso Décio Sá", que tenha favorecido Gláucio Alencar Pontes Carvalho durante as operações policiais realizadas por ele. A acusação de favorecimento à agiotagem, por parte de Pedro Meireles, foi formalizada à polícia pelo ex-prefeito de Serrano do Maranhão, Vagno Pereira, o 'Banga' – alvo de uma operação da PF, em março de 2010, chefiada pelo delegado. PÁGINA 5

OITIVAS DO 'CASO DÉCIO'

Delegado da Federal nega ter beneficiado esquema de agiotagem

POR OSWALDO VIVIANI
E JULLY CAMILO

O delegado da Polícia Federal Pedro Roberto Meireles Lopes negou ontem (9), durante seu depoimento, na audiência de instrução do "caso Décio Sá", que tenha favorecido Gláucio Alencar Pontes Carvalho durante as operações policiais realizadas por ele. Gláucio é o principal acusado de ter mandado matar Décio. Também é investigado, em outro processo, de atuar como agiota, em várias prefeituras do Maranhão, sangrando recursos públicos federais. A acusação de favorecimento à agiotagem, por parte de Pedro Meireles, foi formalizada à polícia pelo ex-prefeito de Serrano do Maranhão, Vagno Pereira, o "Banga" – alvo de uma operação da PF, em março de 2010, chefiada pelo delegado.

Pedro Meireles mostrou à Promotoria documentos emitidos pela Controladoria Geral da União (CGU), que comprovavam desvios de mais de R\$ 2 milhões da Prefeitura de Serrano do Maranhão durante a gestão de Banga.

Ele garantiu que todas as operações da PF são acompanhadas e controladas pela escala hierárquica da Polícia Federal, além de contar com a participação de vários órgãos, como a CGU, e, portanto, não teria possibilidade de serem tendenciosas ou benéficas a alguém.

"O relatório da Controladoria atestou que 96,34% dos recursos avaliados em seis meses, foram desviados da prefeitura de Serrano, com saques na 'boca do caixa', totalizando R\$

2.720.471,92 milhões. Além disso, áudios demonstram toda uma cadeia de irregularidades que foram cometidas. Então, eu devo concluir que o depoimento de um ex-prefeito que foi preso por mim, não tem nenhuma credibilidade", disse Meireles.

Por sua vez, Banga, que também depôs ontem na Justiça, confirmou o que já havia denunciado em agosto de 2012: que sua prisão pela PF se deu porque ele não pagou ao agiota Gláucio Alencar uma dívida de R\$ 200 mil, contraída pelo prefeito anterior, Leocádio Olímpio Rodrigues (PDT), no período da campanha eleitoral de 2008. Leocádio foi cassado em abril de 2009, por improbidade administrativa, ocasião em que Banga assumiu o cargo de prefeito.

Amigo de Ronaldo e Gláucio – Em seu depoimento, Pedro Meireles afirmou, ainda, que o seu relacionamento com o jornalista Décio Sá era estritamente profissional, sem vínculo de amizade. Ele relatou que tomou conhecimento da morte do jornalista por meio de uma rede social, na internet.

Meireles também contou à Promotoria que é "amigo de infância" do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro – denunciado como "braço jurídico" da quadrilha de agiotas e também como envolvido no assassinato de Décio Sá – e que conheceu Gláucio Alencar em decorrência de frequentarem a mesma igreja evangélica, situada no Bairro do Vinhais.

Das 11 testemunhas arroladas pelo MP para depor na manhã de ontem, oito foram ouvidas e quatro, dispensadas – entre elas, Luiza Santos Carvalho, mulher de Gláucio Alencar.

O comerciante Telmo Mendes da Silva Junior (irmão da desembargadora Nelma Sarney, apontado como suposto agiota pela polícia), também participou ontem das oitivas do caso Décio, e relatou em seu depoimento que o seu relacionamento com Gláucio Alencar era apenas comercial, uma vez que ambos revendiam carros.

Ele afirmou que o também comerciante Fábio Brasil, morto no fim de março de 2012, em Teresina, devia a ele a quantia de R\$ 400 mil, referente à compra de três veículos, e garantiu que soube por meio da mídia que o mesmo devia ainda a Gláucio Alencar o valor de R\$ 70 mil.

O ex-vice-prefeito de Barra do Corda, Aristides Milhomem; Adriano do Lago e Silva (irmão de Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Buchecha"); e o delegado chefe do Departamento de Roubo a Banco da Seic, Luís Jorge Santos Matos (superior hierárquico de dois policiais civis denunciados, Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros) igualmente

foram ouvidos ontem.

'Justiça Plena' – O juiz Márcio de Castro Brandão, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, que está conduzindo as oitivas, informou que solicitará ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a inclusão do processo do "caso Décio" no "Programa Justiça Plena". O programa – lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010 – monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social, como foi o caso do incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS).

Hoje (10) não haverá audiências. Elas serão retomadas na segunda-feira (13), quando serão ouvidas as seguintes testemunhas, arroladas pela defesa: Thina Tamina Pinheiro Nunes, João Batista Nunes Rodrigues, Joseane Silva Mendonça, José de Ribamar Rodrigues Junior, Roberto Mauro S. Larrat, Francisco Esteves Araújo do Vale, Manoel Antonio Xavier, Jeffrey de Paula Furtado e Maymone Barros Lima.



O delegado federal Pedro Meireles (na foto, entrevistado por Décio Sá) depôs ontem na Justiça

Centro de Conciliação do TJ-MA recebe postos da Cemar e Oi

Serão instalados, hoje, pela manhã, postos da Cemar e Oi, no Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça da Rua do Egito.

No local, os consumidores poderão resolver questões judiciais ou não com as empresas.

O atendimento será feito nos moldes do sistema 'expressinho'. O cidadão se dirige à sala específica, registra reclamação

diante do preposto das empresas e, juntos, tentam buscar acordo, tanto pré-processual (sem ação judicial) quanto processual (com ação judicial em trâmite).

Os acordos são homologadas por juiz e têm força de sentença. Se as partes não chegarem a um entendimento, a demanda é registrada, sendo feito, em seguida, o agendamento de sessão de conciliação em 20 dias.



A iniciativa viabilizará solução a grande parte das reclamações contra concessionárias de serviços no Estado. Estamos nos reunindo com outras empresas que manifestaram interesse em resolver impasses com clientes”, confirma o desembargador presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJ-MA, sobre a instalação hoje (10), às 9h, de postos da Cemar e Oi, no Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) da Rua do Egito.

Comarca de Olho d'Água das Cunhás instala Conselho da Comunidade

Em assembleia pública presidida pela titular da comarca, juíza Mirella César Freitas, e realizada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Centro), a comarca de Olho d'Água das Cunhás instalou, na noite de quarta-feira (8), o Conselho da Comunidade.

Na ocasião, foram empossados seis membros titulares do conselho – Hilda do Nascimento Silva, Maria de Lourdes Bezerra Batista, Iza Maiara Alves de Oliveira Silva, Maria do Perpétuo Socorro Soares Lobo, Celso Sousa Costa e José

Francisco Rômulo Lucena Eugênio –, além de três membros suplentes – Raimundo Alves Alencar, Mara Solange Alencar de Oliveira e Monica Gomes Lima.

Competências – A instalação do Conselho da Comunidade atende à Lei Federal nº 7.210, de 11 de junho de 1984. Entre as competências do órgão, estão visita mensal aos estabelecimentos penais da comarca, entrevistas com presos, e apresentação de relatórios mensais ao juiz da Execução Penal e ao Conselho

Penitenciário. Diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência aos presos também consta das atribuições do Conselho da Comunidade.

Durante a solenidade, todos os membros empossados prestaram compromisso de bem e fiel cumprirem as atribuições previstas na Lei.

Juízes – Em sua fala de abertura, a magistrada ressaltou a previsão legal da instalação do conselho, objeto do art. 4º da Lei, que reza que “o Estado deverá recorrer à cooperação da

comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”.

“Nesse sentido é que o art. 80 da referida lei impõe aos juízes de todo o Brasil a instalação do Conselho da Comunidade nas comarcas”, observou a juíza Mirella César.

E concluiu: “O referido conselho tem a função de articulação dos recursos, de fiscalização, de luta pela preservação dos direitos, de ressocialização e de representação das comunidades na execução da política penal e penitenciária”.

■ Indenização (I)

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve a sentença de 1º grau que condenou o Estado do Maranhão ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 60 mil à família de detento assassinado durante rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O valor será acrescido de correção monetária a contar da sentença e juros de mora a partir da data do assassinato, ocorrido em 12 de maio de 2008.

O presidiário cumpria pena pela prática do crime previsto no artigo 157 do Código Penal (subtração de coisa alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência).

■ Indenização (II)

A relatora do processo, desembargadora Cleonice Silva Freire, ressaltou o dever do Estado em garantir a integridade física e moral de presos, mantendo vigilância adequada e eficiente, para evitar a propagação de armas e violência em unidades prisionais.

“A Constituição Federal é clara quanto a esse aspecto e diz que o Estado responde objetivamente pelos danos morais decorrentes de morte de presidiário dentro de estabelecimento prisional”, salientou a magistrada.

Líder da oposição defende reajuste salarial igual para todos os servidores

O líder da oposição Rubens Pereira Jr. defendeu ontem reajuste salarial igual para todos os servidores públicos do estado. Em 2006 foi aprovada a lei que concedeu 8% de reajuste aos servidores do legislativo,

executivo e judiciário e 30% aos servidores com nível superior. A diferença na taxa de reajuste entre os servidores gerou inúmeras ações judiciais a favor da equiparação salarial.

INFORME JP – PÁGINA 3

Reajuste salarial igual para todos os servidores

O deputado Rubens Jr, líder da oposição na Assembleia Legislativa, defendeu, ontem, reajuste salarial igual para todos os servidores públicos do estado. Em 2006 foi aprovada a lei que concedeu 8% de reajuste aos servidores do legislativo, executivo e judiciário, e 30% aos servidores com nível superior. A diferença na taxa de reajuste entre os servidores gerou inúmeras ações judiciais a favor da equiparação salarial.

Para o deputado, reajustar o salário de todos os servidores em 30% significa validar a Lei de Revisão Geral de Vencimentos, que por força do princípio constitucional da Isonomia não pode ter índices diferenciados. "As leis que tratam de aumentos remuneratórios e revisão de vencimentos devem ser específicas, não pode ser uma lei mista. Queremos que o TJ dê a interpretação de acordo com a Constituição para garantir aos servidores o que lhes é assegurado por direito", concluiu Rubens.

O assunto gerou divergência no Tribunal de Justiça do estado. De um lado, a maioria dos desembargadores considera a Lei 8369/2006 como autêntica Lei de Revisão Geral de Vencimentos, razão pela qual, pelo princípio da Isonomia, não podem existir diferentes índices de reajuste.

Por outro lado, um número menor de desembargadores afirma que a lei é de natureza mista e que não se trata de Lei de Revisão Geral de Vencimentos, sendo cabível a diferença de 8% para servidores técnicos e 30% para servidores com nível superior.

Sejap criará monitoramento para egressos em liberdade condicional e regime aberto

CLAYTON MONTELES

A Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) deu o primeiro passo para a constituição do Núcleo de Monitoramento de Egressos em Geral (Numege), em reunião realizada na sede do órgão, na quarta-feira (8). Participaram do encontro, o secretário Sebastião Uchoa; secretário adjunto de Justiça, Frei Ribamar Cardoso, juiz titular da Segunda Vara de Execuções Penais da Capital, Fernando Mendonça; defensor público do Estado, Paulo Rodrigues da Costa; e profissionais que irão compor as equipes técnicas da Sejap, responsáveis pelo monitoramento domiciliar.

Na ocasião, foi formalizada parceria entre os órgãos e apreciada a redação da Portaria Estadual que irá regulamentar a criação do Núcleo e definir as ações preliminares para a execução dos trabalhos.

Segundo informou o secretário Sebastião Uchoa, o núcleo irá acompanhar de perto o egresso do sistema penitenciário em liberdade condicional ou regime aberto domiciliar para conhecer



Representantes da Sejap e de demais órgãos reunidos para iniciar o processo de criação do núcleo

a realidade cotidiana em que ele está inserido, a situação familiar e, quando necessário, encaminhá-lo aos serviços públicos de assistência médica, psicológica, jurídica e educacional, criando uma estrutura de apoio em torno dele, capaz de evitar a reincidência ao crime.

“O Núcleo é uma ação para evitar reincidências criminais. Um braço de apoio à Segurança Pública e à massa carcerária no estado, em prol da paz social”, destacou.

A Sejap irá disponibilizar cinco equipes técnicas compostas igualmente por motoristas,

assistentes sociais e agentes penitenciários para a realização deste trabalho. Os profissionais já foram contratados e passarão nas próximas semanas por um treinamento específico, a ser realizado pela secretaria em parceria com a 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) e a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), para que possam iniciar o cronograma de visitas aos egressos.

Segundo informações fornecidas pela VEP, há na capital maranhense, cerca de 565 egressos em liberdade condicional e 1.126 em regime aberto. Cada equipe do Numege será preparada para realizar, em média, 20 visitas diárias a esta clientela. A Secretaria ainda pretende aumentar o número de equipes para dar maior agilidade ao atendimento.

Na próxima segunda-feira (13), os gestores da Sejap, o juiz Fernando Mendonça e equipe da VEP e o defensor Paulo da Costa, farão nova reunião para formatar o projeto de capacitação que será oferecido às equipes técnicas da secretaria, por meio de workshop.



CARTAS AO DR. PÊTA

drpetta@gmail.com

Caro Dr. Pêta;

A situação nas comarcas de Mirinzal, Cedral e Cururupu, na Baixada Ocidental Maranhense, agrava-se a cada dia mais. Os juízes substitutos podemos chamá-los de 'visitantes', uma vez que somente em algum dia da semana estão nas comarcas, sem dar segmentos aos processos, que, infelizmente, continuam acumulados nas prateleiras. Tal situação com a sociedade local já ensejou crimes bárbaros em Mirinzal, por atos de vingança – Lei de Talião –, como o caso da professora e de um ladrão, conhecido como 'Assubá', que foram esquartejados por vingança, num verdadeiro Tribunal de Execução Popular. Até quando?

(José Ribamar T. Goulart – Advogado, Mirinzal - MA)

Nota do editor – As cartas e e-mails endereçados ao JP e ao Dr. Pêta devem conter nome, endereço e o telefone dos respectivos autores.

ITAPECURU-MIRIM

Audiência pública debateu medidas para organizar espaços públicos da cidade

Em audiência pública realizada na noite de terça-feira (7), no auditório da Unidade de Saúde de Itapecuru-Mirim, foram discutidas medidas para organizar espaços públicos do centro comercial da cidade, com a desobstrução de calçadas, praças e ruas. A iniciativa foi organizada pela titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, promotora de justiça Cristiane Maia Lago, com o apoio dos promotores Teresa Muniz de La Iglesia e Alexandre Rocha, que atuam na comarca.

O prefeito de Itapecuru-Mirim, Magno Amorim, se fez presente acompanhado de secretários municipais e assessores. Também estiveram presentes os juízes da comarca Gustavo Medeiros e Samira Heluy, vereadores, representantes da Polícia Militar, da Associação Comercial, de vendedores ambulantes e a população em geral.

A audiência é resultado de uma Recomendação à Prefeitura, emitida em fevereiro pela promotora Cristiane Lago, que previa a organização do espaço público da cidade. A medida atendeu reivindicação de moradores que reclamaram da desorganização provocada pela ocupação de calçadas, em torno da Praça Raul Lins, com a exposição de produtos pelos vendedores ambulantes.

“O problema fica mais gra-



DIVULGAÇÃO

Vendedores ambulantes e moradores participaram da audiência

ve às segundas-feiras quando acontece no local uma feira livre, o que tem favorecido até a ocorrência de delitos, devido à balbúrdia instalada”, constatou a promotora em vistorias realizadas no centro comercial.

Segundo a representante do Ministério Público, foi unânime o posicionamento dos participantes sobre a necessidade de mudar a situação, sobretudo por dificultar o livre trânsito de pe-

destres, incluindo pessoas com deficiência, idosos e crianças. Como encaminhamento para o problema ficou decidido que o dia de funcionamento da feira livre será alterado para os sábados, cabendo à Prefeitura de Itapecuru-Mirim, com o apoio da Polícia Militar, garantir a organização do trânsito e a segurança.

Fiscalização regular – Conforme a Recomendação, a Pre-

feitura deverá efetuar fiscalizações regulares da ocupação de calçadas, ruas e praças do centro de Itapecuru-Mirim, com a notificação aos comerciantes para desocupar os espaços públicos em até 10 dias.

O Ministério Público pede, ainda, que após as notificações, os casos de descumprimento das determinações sejam imediatamente multados e que os produtos sejam apreendidos.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 05/2013
Processo n.º 15.295/2013

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para Contratação de empresa de engenharia especializada para execução das obras complementares do Palacete dos Veras e Anexos da Unidade Administrativa – Anexo VII, no dia **13/06/2013, às 08:30 horas (horário local)**, na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha (Anexo V TJMA), São Luís/MA.

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone (98) 3243-2642/3950. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na Sala supracitada.

São Luís, 09 de maio de 2013.
RAULIFRAN DA SILVA COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma

EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 24579-15.2007.8.10.0001 (245792007)

AÇÃO: MONITÓRIA

PARTE(S) REQUERENTE(S): ATACADAO SAO JOAO LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS MAGNO CABRAL FERREIRA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protasio dos Santos Junior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **LUIS MAGNO CABRAL FERREIRA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar no prazo de 03 (três) dias a importância de **R\$ 1.493.37 (mil, quatrocentos e noventa e três e trinta e sete centavos)**, e mais despesas jurídicas. Cientificando que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias. É para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito **DESPACHO**: "Tentada realizar citação do requerido por diversas vezes, inclusive por Oficial de Justiça, ficou constatado, conforme a certidão de fls. 24, que o réu se encontra em lugar incerto. Diante da possibilidade de citação por edital nos termos do art. 231, II do CPC, defiro o pedido de citação por edital nos termos do art. 232 do CPC. Promova-se a publicação do edital de citação por meio oficial, ficando o autor intimado, por esta, para providenciar o cumprimento do inciso III do art. 232 do CPC. O prazo que correrá a partir da primeira publicação será de 30 (trinta) dias (art. 232, IV, CPC). Publique-se. Cumpra-se. O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luis, Estado do Maranhão, aos 22 de agosto de 2012. Eu, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível


 Estado do Maranhão
 Poder Judiciário
 Fórum Desembargador Sarney Costa
 Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Capital
 Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº - Calhau - Tel. (98) 3194-5493
 65078-820 - São Luís/Ma

EDITAL DE CITAÇÃO
 COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et cetera —

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO HUBALDO OLIVEIRA PEREIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº. 003.979.253-60, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da AÇÃO DE COBRANÇA em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 24408-89.2011.8.10.0001, que lhe move CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão acertos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o rito classificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos três dias do mês de abril do ano de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, _____, Secretária Judicial, mandei digitar e assinar, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 03 de abril de 2013.


 DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
 Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital


 Estado do Maranhão
 Poder Judiciário
 Fórum Desembargador Sarney Costa
 Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Capital
 Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº - Calhau - Tel. (98) 3194-5493
 65078-820 - São Luís/Ma

EDITAL DE CITAÇÃO
 COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et cetera —

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO FERNANDA GABRIELA LIMA MORAIS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF nº. 015.493.153-58, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da AÇÃO DE COBRANÇA em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 42366-73.2011.8.10.0001, que lhe move CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão acertos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o rito classificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos três dias do mês de abril do ano de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, _____, Secretária Judicial, mandei digitar e assinar, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 03 de abril de 2013.


 DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
 Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

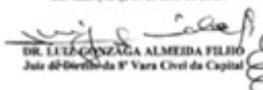

 Estado do Maranhão
 Poder Judiciário
 Fórum Desembargador Sarney Costa
 Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Capital
 Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº - Calhau - Tel. (98) 3194-5493
 65078-820 - São Luís/Ma

EDITAL DE CITAÇÃO
 COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et cetera —

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica CITADO DANIELE MAIA BARRROS, brasileira, inscrita no CPF nº. 977.806.503-91, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da AÇÃO DE COBRANÇA em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 10066-03.2011.8.10.0001, que lhe move CEUMA - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão acertos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o rito classificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos três dias do mês de abril do ano de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale, _____, Secretária Judicial, mandei digitar e assinar, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 03 de abril de 2013.


 DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
 Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital